

PARTE II

12 de Abril de 2023

“Por isso a Índia há-de acabar em fumo  
Nesses doirados paços de Lisboa.  
Por isso a Pátria há-de perder o rumo  
Das muralhas de Goa”.

Miguel Torga

(In, “Afonso de Albuquerque”, Poemas Ibéricos).

Vejamos o “durante”. Bom, o durante foi um desastre extenso de amorismo, oportunismo, ingenuidade (melhor dizendo, ignorância) e idiotice militante. Em primeiro lugar porque se iniciou o dia 25 sem se ter pensado no dia 26. Deve ter sido mais um dos célebres, “depois logo se vê”, como se efectuar um golpe de estado fosse algo parecido como ir beber uma “bica” ao café da esquina.

Depois a própria realização do golpe foi de uma singeleza patética que só resultou porque o Governo, a começar pelo seu chefe - o principal responsável por tudo o que se passou - decidiu render-se, sem sequer esboçar uma reacção.

A inacreditável marcha da tão celebrada coluna da Escola Prática de Santarém, comandada pelo Capitão Salgueiro Maia, com recrutas que julgavam que iam para uma instrução nocturna e cujos carros não tinham munições, é disso paradigma. Esta coluna esteve para ser emboscada logo à saída de Santarém, por iniciativa do director da delegação da DGS local, mas nem a hierarquia da DGS deu qualquer ordem. Aliás, quem mandava “de facto” na DGS, o Subdirector Barbieri Cardoso, não estava no país. E a DGS pensou que ia trabalhar para os militares e o General Spínola...

E ainda está por explicar a aparente luz verde dada a este último e seus apoiantes, pelo “Grupo de Bildelberg”, cuja decisão teria sido tomada poucos dias antes numa reunião havida no Hotel d’Arbois, nos Alpes Franceses, propriedade do Barão Edmond de Rothschild (salvo erro do grupo suíço da família Rothschild), onde terá participado o Secretário-Geral da NATO Joseph Luns e muitas outras influentes personalidades.

Todos eles sabendo que estavam a trair miseravelmente o Governo Português.

Daí se explicar também, a presença de uma esquadra da NATO, no dia 25 de Abril, em Lisboa, havendo até uma curiosa foto de um “destroyer” canadiano – o DDG 281 Huron, posicionado entre o Terreiro do Paço e a Fragata Gago Coutinho, que tinha hipóteses de bombardear aquela Praça (diga-se por curiosidade que o comandante deste navio era o pai do conhecido activista do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, agora Conselheiro de Estado). De tudo isto, nunca se fez até hoje, o verdadeiro retrato.

Provavelmente porque as reuniões do “Grupo de Bildelberg” ocorrem sem terem ocorrido, como é sabido...

De seguida os promotores do golpe de estado, vitorioso por bambúrrio e demissão, “mataram” o próprio golpe que tinham protagonizado, ao cometerem dois erros capitais, que só eles é que saberão explicar. O primeiro sendo, não terem declarado o “Estado de Sítio”, com isso permitindo que as pessoas viessem para a rua e acabaram por perder o controlo para essa mesma rua...

A seguir desataram a prender-se e a sanear-se uns aos outros, sem culpa formada. Com isto rebentaram com a hierarquia, a camaradagem e o espírito de corpo e estilhaçaram qualquer hipótese de coesão. Fazer isto num país que se encontrava em operações militares em três frentes de guerra e a lidar com diversos problemas diplomáticos em vários pontos do mundo, foi no mínimo de uma leviandade dolosa.

Como era pouco curial, nem parecia bem, colocar capitães à frente dos destinos do país, inventou-se à última hora uma Junta de Salvação Nacional, para o que se teve que promover alguns oficiais à pressa e cujos protagonistas foram um general que se tinha aborrecido com o então Presidente do Conselho e assinado um livro, com ideias requentadas, que nem sequer escreveu na totalidade; e um outro – que acabou traindo este – que já tinha participado na “Abrilada de 61” e depois foi recuperado por Marcello Caetano, e que se encontrava de baixa no Hospital Militar da Estrela, juntamente com sua mulher, não “fosse o diabo tecê-las”.

O primeiro acabou por se demitir de Presidente da República (cargo para o qual não foi eleito), sem aparente razão válida, fugindo de rabo entre as pernas para Espanha, para não ser preso e sabe-se lá que mais (depois polarizou à sua volta um conjunto de “imigrados” que tentaram organizar a oposição ao que se passava em Portugal, o que não excluía luta armada); e o segundo teve que ser encostado à parede para autorizar as acções de contenção do golpe do 25 de Novembro de 75. Tinha como “alrunhas” (qual delas a pior) “Judas” e “Rolha”. Acabou os seus dias à frente do Conselho Mundial da Paz, órgão controlado pelo tal PCUS...

Quando os ânimos serenaram, promoveram-nos a Marechais do Exército (Português). Sem mais comentários.

A Junta de Salvação Nacional aprovou, depois de muitas emendas, um programa - o Programa do Movimento das Forças Armadas - que apresentou ao país. O programa, pelo seu equilíbrio, gozou de uma aceitação geral, ou no mínimo, não gerou reacções adversas.

Mas os erros apontados atrás, a que se tem que juntar o facto de terem aberto as portas a todos aqueles que tinham objectivamente traído o país (e luta política não deve ser confundida com traição à Pátria), desertores, refractários, exilados vários, etc., fez com que do tal Programa do MFA, praticamente nada se tenha conseguido realizar.

Deve ainda acrescentar-se que não houve coragem para se julgar em tribunal, os responsáveis ainda vivos, pelo governo/regime deposto, que era o mínimo que seria natural fazer, após os gravíssimos “crimes” de que foram acusados.<sup>1</sup>

Entretanto libertaram-se das cadeias o “arrepiente” número de 30 e poucas pessoas, detidas por alegados crimes de delito político, quando a maioria era acusada de crimes de sangue.

Em contrapartida, encheram-se as prisões com cerca de 2.000 pessoas, sem culpa formada, acusados de “fascistas” (um termo que a maioria dos militares que fez o golpe nunca devia ter ouvido falar...)

A situação descambou rapidamente com os resultados conhecidos (mas muito mal aferidos) e só parou em 25 de Novembro de 1975 (data que, há anos a esta parte, as forças políticas dominantes querem “fazer” desaparecer do calendário), logo após estar consumado o pior e mais vergonhoso desastre, da História de Portugal, a que se teve o despautério de apelidar de “exemplar” – hoje a “possível”!

Este período ficou conhecido por “PREC”, Processo Revolucionário em Curso, que passa por ser um dos períodos mais conturbados e anárquicos, desde que Afonso Henriques (Patrono do tal Exército) individualizou o Condado Portucalense.

João José Brandão Ferreira

Oficial Piloto Aviador (Ref.)

---

<sup>1</sup> Minto, um tribunal “revolucionário” da Marinha “julgar” o Almirante Tenreiro (a quem retiraram o posto), tendo este saído ilibado de todas as acusações...